
O Livreiro Luís Rodrigues

ARTUR ANSELMO

Universidade Nova de Lisboa. Universidade Católica Portuguesa

QUANDO Luís Rodrigues começa, em 1539, a imprimir livros por sua conta e risco, tem já alguma experiência no ramo editorial. Com efeito, uns seis anos antes, o nome dele aparece num alvará de D. João III com a qualificação profissional de «livreiro» da Casa Real. Assim, à semelhança de muitos outros impressores-editores, Rodrigues teria constituído o primeiro capital de investimento graças aos bons negócios em que interviera como simples «livreiro».

No comércio desta época, encontram-se frequentemente confundidos os títulos profissionais de «livreiro» e de «impressor»: já sucedera isso com Valentim Fernandes e com Germam Galharde, e volta agora a acontecer com Luís Rodrigues. Nunca é demais repetir que as funções de editor, de impressor e de livreiro surgem, nos primórdios da tipografia, reunidas, quase sempre, numa única e mesma pessoa, à qual compete

tanto a auscultação do mercado como a produção da mercadoria e a difusão desta. Se é possível marcar uma data para o início do processo de autonomização de cada uma das três funções, talvez devamos situá-la na segunda metade do século XVI, no momento em que Salvador Martel e alguns profissionais da mesma tempera põem de pé a Irmandade de Santa Catarina do Monte Sinai, cuja existência remonta aos meados do século XV mas cujo relevo corporativo só se atinge no reinado de D. Sebastião. É certo que nem todos os indivíduos qualificados de «livreiros» seriam tipógrafos, como parece ser o caso de Antoine Lernet, o livreiro de Évora que encomendou a Germam Galharde a edição de 1519 do *Missale Elborensis Ecclesie* e a João Cronberger, impressor sevilhano, e a edição de 1528 do *Breviarium* da mesma diocese. Mas abundam os que, na peugada do salmantino Juan de Porres, fazem questão em assinar

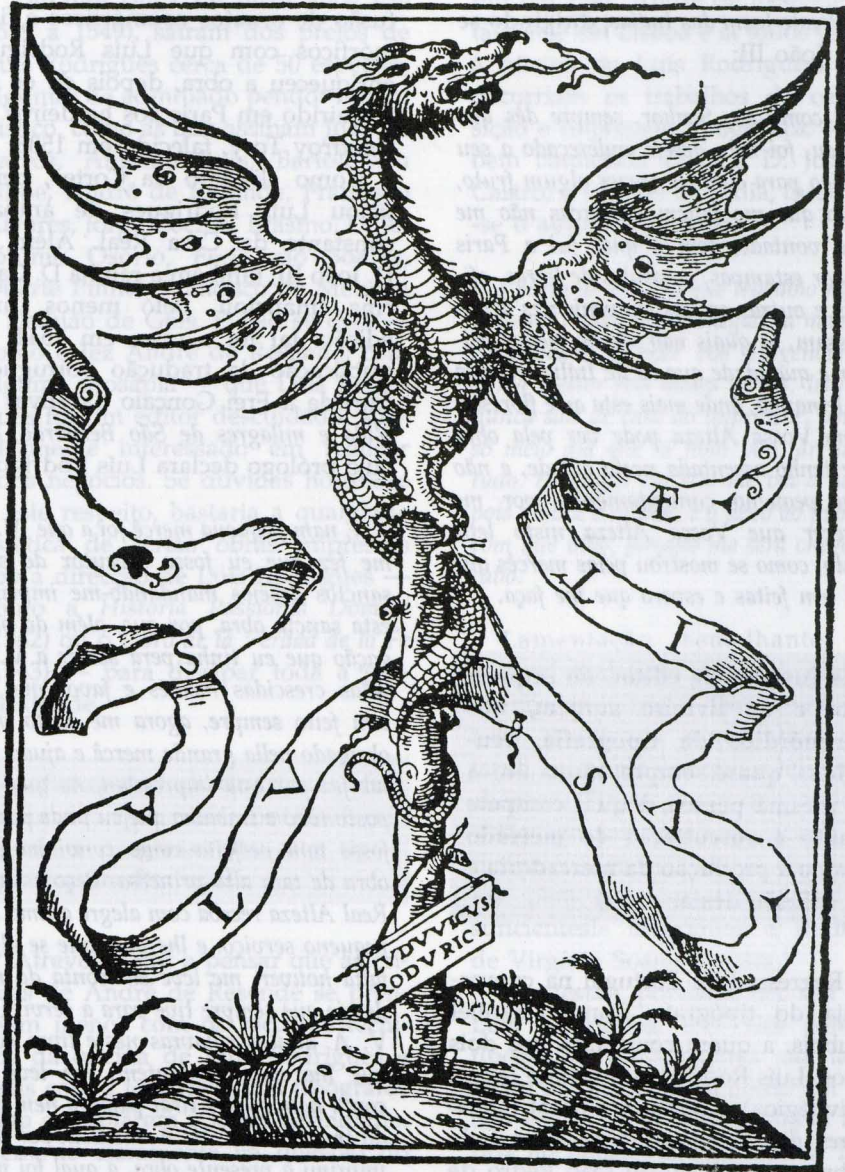
com o seu nome as edições que promovem. Isto vem provar que, na escala hierárquica da sociedade quinhentista, o ofício de tipógrafo era dos mais ilustres. Não faltam mesmo os livros em que os nomes dos autores são esquecidos ou minimizados e nos quais a paternidade tipográfica se reveste de todas as galas.

Sendo livreiro de D. João III, obteve Luís Rodrigues, em 1533, um alvará régio para impressão das *Ordenações do Reino*. De cada vez que a Casa Real dava ordens para se avançar com uma edição das leis do reino, agitavam-se as águas mornas da vida editorial portuguesa, pela razão simples de que, sendo anormalmente elevada a tiragem da obra (1000 exemplares de cada conjunto de cinco volumes, isto é, 5000 exemplares na totalidade), eram também elevadíssimos os lucros auferidos pelos agentes comerciais encarregados da edição. Valentim Fernandes fez o melhor da sua fortuna, em 1512-1514, com a primeira e a segunda tiragem das *Ordenações*, tanto mais que o Rei *Venturoso* permitiu que se lhe pagasse a empreitada em maçãs de noz muscada e em pimenta. À primeira vista, o negócio tornar-se-ia menos rendoso à medida que o tempo passasse, uma vez que as comarcas todas iriam adquirindo a codificação impressa das leis do reino, fazendo diminuir o interesse das edições seguintes. Nada disso: sempre que a Casa Real determinava fazer imprimir uma nova edição das

Ordenações, saía, acto contínuo, ordem para se destruírem os exemplares da edição anterior, o que, aliás, explica a raridade dos que chegaram até nós. Nestas condições, Luís Rodrigues não hesitou em subempreitar a encomenda a Germam Galharde, certo de que a maior parte dos lucros lhe caberia a ele, titular do privilégio editorial. E a sua boa estrela tornaria a acompanhá-lo alguns anos depois, quando, esgotada a edição de 1533, e sempre escudado no mesmo privilégio, Luís Rodrigues encomendou a João Cronberger, em Sevilha, uma outra edição das *Ordenações*, que seria publicada em 1539.

À semelhança de muitos outros impressores-editores, Rodrigues teria constituído o primeiro capital de investimento graças aos bons negócios em que interviera como simples «livreiro».

Foi certamente com os lucros desta operação comercial de grande envergadura que Rodrigues constituiu o pé-de-meia para se estabelecer com oficina tipográfica própria. De facto, pela mesma altura em que Cronberger conclui o trabalho das *Ordenações*, o livreiro português viaja (provavelmente a partir de Sevilha) em direcção a Paris. Na capital francesa, Rodrigues abastece-se de material tipográfico (caracteres e estampas) e contrata pessoal especializado, como nos diz, em 1540, no prólogo



Marca tipográfica de Luís Rodrigues

do *Preste Joam das Indias*, dirigindo-se a D. João III:

E como eu, Senhor, sempre dêes que sou eu, foi meu desejo endereçado a seu serviço para com ele trazer algum fruto, posto que me faltem as forças não me falta vontade, com a qual fui a Paris buscar estampas, caratules de letras, officiais e outras cousas convenientes à impressam, as quais não são de menos primor e qualidade que as de Itália, França e Alemanha, onde mais esta arte floresce, como Vossa Alteza pode ver pela obra que tenho assentada nesta cidade, e não com pequeno contentamento, por me parecer que Vossa Alteza nisto leva gosto, como se mostrou pelas mercês que me tem feitas e espero que me faça.

As funções de editor, de impressor e de livreiro surgem, nos primórdios da tipografia, reunidas, quase sempre, numa única e mesma pessoa, à qual compete tanto a auscultação do mercado como a produção da mercadoria e a difusão desta.

Regressado a Portugal na companhia do tipógrafo francês Raollet Dubois, a quem contratara por dois anos, Luís Rodrigues imprime («com privilégio») o *Regimento* [dos] *Contadores das Comarcas*, obra executada sobre uma edição de João Pedro de Cremona, de 1514, mas indiscutivelmente da nova oficina de Rodrigues, e porventura de 1539: atesta-o a pro-

fusão de ornatos zoomórficos e fitomórficos com que Luís Rodrigues enriqueceu a obra, depois de os ter adquirido em Paris aos herdeiros de Geoffroy Tory, falecido em 1533.

Como «livreiro da Corte», beneficiou Luís Rodrigues de amparo constante da Casa Real. Além de D. João III, também a rainha D. Catarina financiou, pelo menos, uma edição: tal foi o caso, em 1544, da publicação da tradução portuguesa (devida a Frei Gonçalo da Silva) da *Vida e milagres de São Bernardo*, em cujo prólogo declara Luís Rodrigues:

E nam pequena mercê foi a que V. A. me fez que eu fosse executor de seus sanctos desejos mandando-me imprimir esta sancta obra, por que, além da obrigação que eu tinha pera servir a V. A. pelas crescidas mercês e favor que me tem feito sempre, agora me sento mais obrigado pella grande mercê e ajuda que me fez por esta impressam, na qual hei posto todo o trabalho que eu pude porque fosse tam perfeita como convinha pera obra de tam alta princesa. Peço a Vossa Real Alteza receba com alegre animo este pequeno serviço: e lhe peço que se algũa falta houver, me leve em conta do meu desejo que sempre tive para a servir: e se V. A. algũas palavras neste livro achar que lhe nam contentem, me leve em conta nam querer tirar palavra nem letra do trasunto que V. A. me deu, por onde imprimi a presente obra, a qual foi vista e examinada pelos deputados da Sancta Inquisição e a houveram por sancta, virtuosa e boa.

Durante cerca de onze anos (de 1539 a 1549), saíram dos prelos de Luís Rodrigues cerca de 50 espécies, algumas de acentuado pendor humanístico, como as que assinam João de Barros, António Luís, Bartolomeu Filipe, André de Resende, Francisco Álvares, Jorge Coelho, Erasmo, D. Jerónimo Osório, Frei João Soares, Duarte Pinhel, Francisco de Monçon e Damião de Góis. E não se dirá — como o fez André de Resende, com alguma prosápia — que Luís Rodrigues foi um editor descuidado, simplesmente interessado em realizar bons negócios. Se dúvidas houvesse a este respeito, bastaria a qualidade estética de certas obras impressas sob a direcção de Luís Rodrigues — como a *Historia Passionis Domini* (1542) ou o *Libro de la Verdad de la Fe* (1543) — para dissipar toda a perplexidade.

A oficina de Luís Rodrigues «foi uma das que mais contribuíram para o progresso da arte tipográfica em Portugal».

Atevemo-nos a pensar que as críticas de André de Resende se prendiam menos com os recursos técnicos da oficina de Luís Rodrigues e mais com a tendência dos tipógrafos para estropiarem o latim resendiano. Vemo-lo claramente na questão do *Breuiarium Eborense*, que Resende compusera e o Cardeal D. Henrique, arcebispo de Évora, mandara impri-

mir em 1547. André de Resende instalara-se em Lisboa e ia todos os dias à oficina de Luís Rodrigues, onde decorriam os trabalhos de composição e impressão tipográfica. Numa bem conhecida carta a D. João de Castro, o vice-rei da Índia, queixava-se o autor do *Breuiario*:

[...] *passa de hũ ano que trabalho na impressam e nom tenho chegado a mais que à metade e, a poer boa diligencia, hei ainda mester seis meses largos. Isto com nunca sair de casa do impressor, porque, só meio dia que lá nom vou, arruinam tudo. E porque em isto me vai a honra, pois a obra é minha, e o devo ao príncipe com que vivo, forçado me será chegar ao cabo.*

Lamentação semelhante, do mesmo André de Resende, depara-se-nos na *Carta a Bartolomeu Quevedo*, publicada vinte anos mais tarde, no ponto em que o humanista eborense diz ao seu correspondente: «Não ignoras, creio, a incúria dos tipógrafos, especialmente dos incultos: para eles nem três Argos são suficientes!» (Seguimos a tradução de Virgínia Soares Pereira.)

A questão, portanto, não era com Luís Rodrigues, mas sim com os tipógrafos estropiadores do latim, sobre os quais malha como em centeio verde, na advertência final inserida no *Breuiarium Eborense* de 1547:

Cum excetra non cum homine bellum gessimus: quandiu cum typogra-

*pho insigniter artis eius ignaro rem-
que per pueros indisciplinatos et
ignauas operas agente nobis colluc-
tandum fuit. [...] Atque hec boni consu-
lat equus lector si seriuscule admo-
nuimus.* [Foi com uma víbora, e não
com um homem, que travámos
guerra, no tempo em que tivemos de
lutar com um tipógrafo escandalosa-
mente ignaro da sua arte, o qual
geria a sua oficina através de uns

garotos sem instrução e uns empre-
gados madraços. (...) Que, por seu
lado, o leitor justo leve tudo isto em
consideração, mesmo se o adverti-
mos tão tardiamente.]

Apesar de tudo, podemos fazer
nossas as palavras de Venâncio
Deslandes, segundo o qual a oficina
de Luís Rodrigues «foi uma das que
mais contribuíram para o progresso
da arte tipográfica em Portugal».